

STJ00113367

CURT TRENNEPOHL
TERENCE TRENNEPOHL
NATASCHA TRENNEPOHL

INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Comentários ao Decreto 6.514/2008

4ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio do Ministro
Luiz Alberto Gurgel de Faria

Atualizado
com a IN conjunta
MMA/IBAMA/ICMBIO
nº 1, de 12 de abril
de 2021

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editoriais: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Stronjowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Vilaalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trennepohl, Curt
 Infrações ambientais : comentários ao Decreto 6.514/2008 / Curt Trennepohl,
 Terence Trennepohl, Natascha Trennepohl. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo:
 Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.
 ISBN 978-65-5991-628-3

1. Direito ambiental - Brasil 2. Impacto ambiental - Brasil 3. Licenças ambientais
 Brasil 4. Política ambiental - Brasil 5. Proteção ambiental - Brasil I. Trennepohl,
 Terence. II. Trennepohl, Natascha. III. Título.

21-84272

CDU-34:502.7:35.078.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Licenciamento ambiental : Direito 34:502.7:35.078.1(81)
 Cibele Maria Dias Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Nota Introdutória.....	9
Sumário	11
1. A evolução das normas e a atuação do poder público na sua aplicação.....	19
1.1 O meio ambiente nas Constituições	19
1.2 O meio ambiente na legislação ordinária.....	25
1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental	29
1.4 A criação do IBAMA	32
1.5 A repartição da competência federal.....	33
1.6 As multas administrativas.....	34
2. O exercício do poder de polícia do Estado no controle das atividades nocivas ao meio ambiente.....	39
2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais	39
2.2 A comunicação do crime ambiental	42
2.3 As sanções administrativas e sua aplicação	47
2.4 O Auto de Infração	49
2.5 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais.....	55
2.6 Atividades condicionadas à aprovação prévia.....	60
2.7 As restrições de uso da propriedade	61
2.8 A competência para o licenciamento.....	65
2.9 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental.....	75
2.10 Reserva Legal, manutenção e recomposição.....	78
Comentários aos artigos do Decreto 6.514, de 22.07.2008	85
3. Infrações administrativas contra o meio ambiente.....	87
3.1 Condutas infracionais e processo de apuração.....	87
3.2 Definição de infração administrativa ambiental.....	88
3.3 Sanções por infrações administrativas.....	89
3.4 Critérios para a dosagem das penalidades	101
3.5 Advertência.....	108
3.6 Aplicação cumulativa de advertência com outras sanções	113

12 INFRAÇÕES AMBIENTAIS

3.7	Interstício mínimo para a aplicação de nova advertência.....	115
3.8	Dosagem da multa	115
3.9	Valor mínimo e máximo das multas	117
3.10	Multa diária.....	119
3.11	Reincidência e agravamento das sanções.....	121
3.12	Duplicidade de autuação	125
3.13	Destinação de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.....	127
3.14	Apreensão de produtos e subprodutos	130
3.15	Destruição de produtos e suspensão de obras ou atividades.....	131
3.16	Limites do embargo ou interdição	131
3.17	Cessação do embargo ou interdição	133
3.18	Embargo de áreas desmatadas ou queimadas irregularmente.....	134
3.19	Embargo de Plano de Manejo Florestal	138
3.20	Sanç�es por descumprimento de embargo	140
3.21	Demoliç�o de obra	141
3.22	Sanç�es restritivas de direito	144
3.23	Prazos prescricionais	146
3.24	Interrupç�o da prescriç�o	149
3.25	Taxa de Controle e Fiscalizaç�o Ambiental – TCFA.....	150
4.	Infraç�es contra a fauna.....	157
4.1	Danos diretos contra a fauna	159
4.1.1	Fauna silvestre, exótica e doméstica.....	162
4.1.2	Espécies ameaçadas de extinção	164
4.1.3	Licenç�a da autoridade competente.....	165
4.1.4	Manutenção e depósito.....	167
4.1.5	Quantidade autorizada e quantidade existente	170
4.1.6	Coleta de material científico.....	171
4.1.7	Multa por estimativa.....	171
4.2	Introdução de espécimes sem licenç�a.....	172
4.3	Exportação de peles e couros de anfíbios e r�pteis.....	173
4.4	Prática de caça profissional.....	175
4.5	Produtos e instrumentos para a caça	177
4.6	Abusos e maus-tratos.....	178
4.7	Molestar cetáceos, pinípedes e sirênios	183
4.8	Registro de acervo de zoológicos e criadouros	185
4.9	Declaração de estoque de animais	188
4.10	Utilização de imagem de animais	190
4.11	Degradação de criatórios públicos de peixes.....	190
4.12	Pesca proibida.....	191

4.13	Pesca com explosivos ou substâncias tóxicas	195
4.14	Pesca sem registro ou autorização	197
4.15	Introdução de espécimes aquáticas sem autorização	198
4.16	Exploração de invertebrados aquáticos, algas e recifes.....	200
4.17	Espécies sobreexploradas	202
4.18	Mapas de bordo.....	203
4.19	Definição de pesca	205
5.	Infrações contra a flora	207
5.1	Destruir ou danificar espécimes vegetais em Área de Preservação Permanente	208
5.2	Árvores em Área de Preservação Permanente ou especialmente protegidas.....	221
5.3	Extração de minerais de florestas públicas ou áreas de preservação permanente	222
5.4	Fabricação de carvão	224
5.5	Transporte e comercialização de produtos florestais	226
5.5.1	O sistema de autorização e controle da exploração florestal....	230
5.5.2	A Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF...	231
5.5.3	Documento de Origem Florestal – DOF.....	240
5.5.4	Mensuração da multa administrativa	245
5.6	Regeneração de vegetação.....	246
5.7	Danos a florestas ou vegetação não passível de exploração.....	251
5.8	Danos a florestas ou vegetação passível de exploração.....	255
5.9	Danos a florestas ou vegetação em reserva legal ou servidão florestal ..	257
5.9.1	Manejo florestal irregular	260
5.10	Desmatamento a corte raso.....	261
5.11	Exploração ou danos a vegetação sem autorização ambiental.....	261
5.12	Utilizar produto de área embargada.....	262
5.13	Falta de averbação da Reserva Legal.....	265
5.14	Plantas de ornamentação	272
5.15	Comércio e uso de motosserra.....	274
5.16	Uso de fogo	276
5.16.1	O uso do fogo na cultura de cana-de-açúcar	276
5.16.2	O uso do fogo para a renovação de pastagens	281
5.16.3	O uso do fogo após o desmatamento.....	288
5.16.4	O uso do fogo em mata ou floresta.....	288
5.17	Venda e uso de balões	289
5.18	Agravantes nos danos à flora	290
5.19	Autorização de corte de espécies plantadas	291
5.20	A Incidência do Código Florestal nas Áreas Urbanas	292
5.20.1	O Recurso Especial 1.546.415/SC e sua fundamentação.....	292

14 | INFRAÇÕES AMBIENTAIS

5.20.2	As Áreas de Preservação Permanente (APP).....	296
5.20.3	A Aplicabilidade do Código Florestal em Áreas Urbanas	298
5.20.4	Conclusões	305
6.	Poluição	307
6.1	Outros tipos de poluição	311
7.	Atividades minerárias	319
8.	Agrotóxicos.....	323
9.	Emissão de poluentes por veículos e motores	329
10.	Licenciamento ambiental.....	333
11.	Disseminação de praga ou doença	345
12.	Veículos e pneus	347
12.1	Condução de veículo adulterado	347
12.2	Licença para uso da configuração de veículo ou motor	349
12.3	Pneus usados	350
12.4	Alteração de características de veículos e motores	353
13.	Ordenamento urbano e patrimônio cultural	357
13.1	Danos contra bens especialmente protegidos	357
13.2	Edificações ou locais especialmente protegidos	359
13.3	Construção em solo não edificável	360
13.4	Pichamento ou conspurcação	361
14.	Infrações contra a administração ambiental	363
14.1	Cadastro Técnico Federal	363
14.2	Empecilho à fiscalização	366
14.3	Imposição de obstáculos ao georreferenciamento	367
14.4	Descumprimento de embargo.....	369
14.5	Deixar de atender notificação ou exigência	370
14.6	Falta de relatórios ou informações ambientais	371
14.7	Omissão ou falsidade de informação	371
14.8	Compensação ambiental.....	373
15.	Infrações cometidas em unidades de conservação.....	377
15.1	Introdução de espécies alóctones	377
15.2	Áreas delimitadas para criação de Unidades de Conservação	385
15.3	Pesquisa científica sem autorização em Unidade de Conservação	388

15.4	Exploração comercial de recursos de unidades de conservação	391
15.5	Utilização de imagens de unidades de conservação	391
15.6	Cultivo de OGMs em APAs ou zonas de amortecimentos.....	392
15.7	Desobediência aos regulamentos da unidade de conservação.....	395
15.8	Causar dano a unidade de conservação.....	398
15.9	Tentativa de dano à unidade de conservação.....	402
15.10	Agravamento das sanções no caso de unidades de conservação	403
16.	Processo administrativo para apuração de infrações ambientais.....	405
16.1	Princípios e critérios do processo administrativo.....	406
16.2	Início do processo administrativo.....	408
16.3	Conteúdo do auto de infração	410
16.4	Autuação do processo administrativo	411
16.5	Vício sanável no auto de infração	418
16.6	Vício insanável no auto de infração	419
16.7	Medidas administrativas preventivas e acautelatórias	421
16.8	Impossibilidade da apreensão	423
16.9	Apreensão de animais em unidade de conservação	426
16.10	Utilização do material apreendido	428
16.11	Guarda e depósito dos bens apreendidos	429
16.12	Fiel depositário de bens apreendidos	431
16.13	Destinação de bens apreendidos	432
16.14	Embargo de atividades e áreas	438
16.15	Suspensão de venda ou fabricação de produto	441
16.16	Suspensão da atividade.....	442
16.17	Destruição de produtos, subprodutos e instrumentos ilícitos.....	442
16.18	Demolição de obras ou edificações.....	444
17.	Defesa contra auto de infração	447
17.1	Defesa contra autuação administrativa	447
17.2	Teses de defesa mais comuns.....	450
17.2.1	Legislação ambiental e desenvolvimento econômico	450
17.2.2	Sanção desproporcional ou confiscatória	451
17.2.3	Situação econômica do autuado	452
17.2.4	Registro da ocorrência na polícia	452
17.2.5	Presunção de veracidade.....	453
17.2.6	Processo administrativo e penal	454
17.2.7	Perícia técnica e oitiva de testemunhas.....	455
17.2.8	Competência do agente autuante	456
17.3	Local da apresentação da defesa	457
17.4	Conteúdo da defesa	458
17.5	Representação para a defesa administrativa.....	458

16 | INFRAÇÕES AMBIENTAIS

17.6	Rejeição sumária da defesa	459
17.7	Ônus da prova.....	460
17.8	Contradita e provas de convicção.....	461
17.9	Rejeição de pedido de provas ou diligências	462
17.10	Manifestação do órgão jurídico.....	463
17.11	Alegações finais.....	465
18.	Julgamento.....	467
18.1	Adequação da sanção no julgamento.....	467
18.2	Prazo para o julgamento	469
18.3	Motivação da decisão	470
18.4	Notificação do resultado do julgamento.....	471
19.	Recurso	473
19.1	Instâncias recursais.....	473
19.2	Recurso de ofício	477
19.3	Efeito suspensivo do recurso	477
19.4	Alteração da sanção pela instância recursal.....	478
19.5	Recurso ao CONAMA.....	479
19.6	Requisitos de admissibilidade.....	480
19.7	Comunicação do julgamento do recurso	480
19.8	Notificação e atualização dos débitos	481
20.	Destinação dos bens e animais apreendidos	483
20.1	Destinatários das doações.....	495
20.2	Destruição de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos.....	495
20.3	Transferência de bens doados	496
20.4	Venda de bens apreendidos.....	497
21.	Conversão de multa em serviços	499
21.1	Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente	502
21.2	Danos decorrentes da infração.....	517
21.3	Requerimento da conversão da multa	518
21.4	Valor da conversão da multa e desconto pela adesão	520
21.5	Termo de compromisso de conversão da multa.....	523
21.6	Publicação do termo de compromisso.....	525
21.7	Conversão pleiteada com base em normas anteriores	526
21.8	Publicidade das sanções aplicadas	528
22.	Competência da capitania dos portos.....	531
23.	Normas complementares	533

24. <i>Vacatio legis</i> . Averbação de reserva legal	535
24.1 <i>Vacatio legis</i> . Embargos em reserva legal	535
25. Normas revogadas pelo Decreto 6.514, de 2008	539
26. Dispositivos do Decreto 6.514 revogados pelo Decreto 9.760, de 11 de abril de 2019	541
27. Conclusões.....	545
Bibliografia	547